



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

02/01/2018

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	4

>> FEMINICÍDIO

Uma equipe de investigadores da Delegacia Regional de Caxias efetuou a prisão de Elson Cabral, de 43 anos, dando cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz João Pereira Neto, responsável pelo Plantão Judiciário, em face do suposto cometimento de tentativa de feminicídio contra sua companheira, fato ocorrido no dia 20 de dezembro de 2017, na casa onde residem, ocasião em que, após discussão, a vítima sofreu um disparo de arma de fogo que lhe atingiu de raspão no pescoço, sendo que Elson não concretizou o ato por ter sido impedido por uma filha da vítima, que lhe desferiu uns golpes de faca.

Presidente do TJ: Justiça deve alcançar todos os cidadãos

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que assumiu no mês passado o comando do Poder Judiciário do Maranhão, quer eficiência na prestação jurisdicional para garantir o princípio da igualdade para toda a sociedade

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

“O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real”, frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Ju-

diciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJ disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

Democracia

“Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vin-

gança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas”, assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

“O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela – a democracia – é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país”, avaliou.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações. ●

Divulgação



José Joaquim Figueiredo quer apoio dos Poderes Legislativo e Executivo para aparelhamento do Judiciário

JUSTIÇA

TJMA quer fortalecer a democracia

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

“O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real”, frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.



O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação

José Joaquim Figueiro dos Anjos,
presidente do TJ

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJMA disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma

Magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

“Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando

o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas”, assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

“O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela – a democracia – é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país”, avaliou.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações.